

NEABs: Quilombos epistêmicos contra uma educação “brancocentrada”

Joselina Da Silva

Universidade Federal de Ceará, Brasil

joselinajo@yahoo.com.br

Resumo

Este texto se propõe abordar um movimento presente no interior de diferentes instituições educacionais brasileiras, intitulado NEABs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros). O artigo está dividido em três partes principais. Inicialmente abordaremos o fenômeno do surgimento do interesse pelos estudos a respeito do continente africano, inseridos no âmbito acadêmico brasileiro por pesquisadores brancos em atendimento a políticas internacionais de integração do governo brasileiro. Depois nos deteremos em algumas das primeiras iniciativas sob a orientação e coordenação de pesquisadores, estudantes e/ou ativistas negros, notadamente no final dos anos 1970, seguindo até a década de 1990. Por último, a mais atual formação inspirada pela constituição da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e a criação do Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABs). Interessa-nos também refletir sobre os diferentes alcances destes grupos que ultrapassam as discussões epistêmico-acadêmicas e adentram os debates políticos, culturais e até individuais em amparo a estudantes e professores negros. Contribuem, assim, com a ampliação da cidadania, dos direitos políticos e individuais, provocando tensões ao desvelar os racismos diversos no ambiente educacional brasileiro, além de fortalecer laços de pesquisa e de redes acadêmicas. Percorremos aqui um fenômeno que se inicia nos anos 1960 e sofre mudanças a partir de diferentes contextos marcados pelo maior ingresso de afro-brasileiros(as) na seara acadêmica e pela ampliação dos debates e do arcabouço legal, em torno do antirracismo, na sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Antirracismo. NEABs. CONNEABs. Quilombo epistêmico. Educação.

NEAB: quilombos epistêmicos contra una “educación centrada en los blancos”

Resumen: Este texto se propone reflexionar sobre la existencia de un movimiento que surge en el seno de distintas instituciones educacionales brasileñas: NEABs (Núcleos de Estudios Afrobrasileños). El artículo está dividido en tres partes principales. Primeramente, se enfocará en el interés que los estudiantes mostraron por aprender sobre el continente africano. Este hecho resulta relevante, ya que los mismos se encuentran insertos en un ámbito académico liderado por investigadores blancos que corresponden a las políticas internacionales de integración del gobierno brasileño. En segundo lugar, nos detendremos en algunas de las primeras iniciativas que se llevaron a cabo bajo la orientación y coordinación de investigadores, estudiantes y/o activistas negros de gran relevancia al final de los años setenta, y que continuaron hasta la década del noventa.

Da Silva, J. (2021). NEABs: Quilombos epistêmicos contra uma educação “brancocentrada”. *Integración y Conocimiento*, 10 (2), 38–57.

Por último, nos referiremos a la formación actual, inspirada en la creación de la Asociación Brasileña de Investigadores Negros (ABPN, sigla en portugués) y la fundación del Consorcio de Núcleos de Estudios Afrobrasileños (CONNEABs). Además, es de nuestro interés pensar los diferentes alcances de estos grupos, ya que los mismos van más allá de los debates epistémico-académicos, y se han convertido en debates políticos, culturales, e incluso individuales que amparan tanto a estudiantes como a profesores negros. Estos grupos, consecuentemente, contribuyen con la ampliación de las nociones de ciudadanía, derechos políticos e individuales, provocando tensiones al desvelar las más diferentes formas de racismo presentes en el ambiente educacional brasileño. Asimismo, dichos grupos, sin duda, fortalecen los lazos entre las investigaciones y las redes académicas. Haremos un recorrido que da inicio en los años sesenta, y que ha estado sujeto a cambios debido a contextos caracterizados por un mayor número de estudiantes afrobrasileños que ingresan a las filas académicas y a la ampliación de los debates; también, debido a la estructura legal forjada con respecto al antirracismo en la sociedad brasileña.

Palabras clave: Antirracismo. NEABs. CONNEABs. Quilombo epistémico. Educación

NEABs: Epistemic quilombos against a “white-centered” Education

Abstract: This article is about a social movement present within different Brazilian educational institutions, entitled NEABs (Afro-Brazilian Studies Centers). The article is divided into three main parts. Initially, we will address the phenomenon of the emergence of the studies on the African continent, inserted in the Brazilian academic sphere by white researchers in compliance with international integration policies of the Brazilian government. Then we will discuss about the first initiatives under the guidance and coordination of black researchers, students and / or activists, notably in the late 1970s, until the 1990s. Finally, the most recent formation inspired by the foundation of the Brazilian Association of Black Researchers (ABPN) and the creation of the Consortium of Afro-Brazilian Studies Centers (CONNEABs). We are also interested in reflecting on the different scope of these groups that go beyond epistemic-academic discussions and enter political, cultural and even individual debates in support of black students and teachers. They thus contribute to the expansion of citizenship, political and individual rights, causing tensions by making visible the diverse kinds of racisms in the Brazilian educational environment in addition to strengthening research ties and academic networks. Here we cover a phenomenon that begins in the 1960s and undergoes changes from different contexts marked by the greater entry of Afro-Brazilians in the academic field and the expansion of debates and the legal framework, around anti-racism, in Brazilian society.

Keywords: Anti-racism. NEABs. CONNEABs. Epistemic quilombo. Education

NEABs: Quilombos epistêmicos contra uma educação “brancocentrada”

Propomo-nos, nesse texto, a fazer uma abordagem sobre um movimento presente no interior de diferentes instituições educacionais brasileiras, intitulado NEABs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros). O artigo está dividido em três partes principais. Inicialmente abordaremos o fenômeno do surgimento do interesse pelos estudos a respeito do continente africano, inseridos no âmbito acadêmico brasileiro por pesquisadores brancos. Depois nos deteremos em algumas das primeiras iniciativas sob a orientação e coordenação de pesquisadores, estudantes e/ou ativistas negros. Por último, a mais atual formação, inspirada pela constituição da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e a criação do Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABs).

Da Silva, J. (2021). NEABs: Quilombos epistêmicos contra uma educação “brancocentrada”. *Integración y Conocimiento*, 10 (2), 38–57.

Interessa-nos também refletir sobre os diferentes alcances destes grupos que ultrapassam as discussões epistêmico-acadêmicas e adentram os debates políticos, culturais e até individuais. Contribuem, assim, para a ampliação da cidadania, dos direitos políticos e individuais, além de fortalecer laços de pesquisa e de redes acadêmicas. Percorremos aqui um fenômeno que se inicia nos anos 1960 e sofre mudanças a partir de diferentes contextos marcados pelo maior ingresso de afro-brasileiros(as) na seara acadêmica, e a ampliação dos debates em torno do antirracismo na sociedade brasileira. Vale notar que esta tem sido uma antiga reivindicação dos ativistas brasileiros agrupados no que se convencionou chamar de movimento negro:

Este colóquio recomenda que o governo brasileiro inclua um ativo e compulsório currículo sobre a história e as culturas dos povos africanos, tanto aqueles do continente como os da diáspora; tal currículo deve abranger todos os níveis do sistema educativo: elementar, médio e superior. (Nascimento, 2016, p. 172)

Esta fala do referente, histórico ator, ativista e senador afro-brasileiro, Abdias do Nascimento, no Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas (Festac/Fesman) em Lagos, Nigéria –de 15 de janeiro a 12 de fevereiro de 1977– dá a dimensão do longo processo de luta dos afro-brasileiros no sentido de influenciar os currículos dos diferentes momentos de formação dos estudantes. Por conseguinte, ao pensarmos a constituição da história recente dos centros voltados aos estudos sobre negros no interior das universidades, podemos dividi-la em três principais momentos: o primeiro deles, o inaugural, que se destacava por estar sob a condução de pesquisadores brancos. Em alguns casos, diretamente resultantes de interesses da política do estado brasileiro, naquele período. O segundo, onde o protagonismo negro se faz presente –já no final dos anos 1970– coincide com a chegada de um ainda pequeno grupo de intelectuais negros se estabelecendo como professores universitários ou como estudantes (Rattz, 2011). Dessa forma dão voz à nova epistemologia referente aos estudos sobre a população afro-brasileira como também sobre o continente africano. Produzem com um olhar diverso do período anterior, inserindo suas experiências, vivências e reflexões. A este respeito, (Rattz, 2011) chama de “movimento negro de base acadêmica” (p. 29). O terceiro momento é aquele em que este formato se espalha por quase a totalidade das universidades públicas e privadas, com a inserção dos Institutos Federais e algumas escolas de ensino médio. Surge, então, o CONNEABS, sobre o qual falaremos mais adiante.

Primeiros centros: África sem afro-brasileiros

O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA foi criado em 1959. Segundo Reis (2010),¹ ele surge estimulado pela ambiência cultural da Bahia –a época com grande visibilidade dos candomblés– e a já presente influência do que se chamava Política Externa Interdependente (PEI) (Viana, 2021) que tinha nos países africanos um de seus objetivos e foi oficializada em 1961 (Batista,

¹ O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia: Intercâmbio Acadêmico e Cultural Entre Brasil e África (1959-1964). Disponível em: <https://Repositorio.Ufba.Br/Ri/Handle/Ri/8595>. Acesso em 15 jan. 2021.

2018). Assim sendo, foram criadas embaixadas brasileiras na Nigéria, Gana, Senegal, Costa do Marfim e Etiópia. Seguiu-se também a constituição de consulados em Moçambique, Angola, Rodésia do Sul (atual Zimbábue), Congo e Quênia (Ferreira, 2017).

A já referendada africanidade baiana contribuiu fortemente para que recursos e meios fossem dispensados. Ao mesmo tempo, viagens de representantes do CEAO foram auspiciadas para a África (Reis, 2010). Estas iniciativas atendiam aos interesses governamentais brasileiros (até o golpe de 1964) em sua expansão sobre o continente Africano. Estudos de língua Ioruba estavam entre os projetos que foram desenvolvidos. Atualmente, o CEAO possui outra configuração e objetivos, como aponta sua página *web*².

Nesta sequência tivemos o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA). Sua criação foi iniciativa da presidência da República, durante o governo de Jânio Quadros (Zamparoni, 2007) e foi instituído a partir do decreto Nº. 50.465, de 14 de abril de 1961³, onde se lia que este se propunha a ser: “um centro de altos estudos destinados a incrementar as relações do Brasil com o mundo afro-asiático”. O mesmo documento estabelecia os objetivos do referido órgão:

- a) estimular, desenvolver e difundir estudos culturais, sociais, políticos e econômicos relativos ao mundo afro-asiático;
- b) facilitar e incrementar as relações entre o Brasil e os países da África e da Ásia;
- c) promover o estudo comparado do processo de desenvolvimento do Brasil e dos países africanos e asiáticos, visando ao intercâmbio, em benefício mútuo, da experiência de técnicas ou soluções adotadas;
- d) promover o intercâmbio universitário entre o Brasil e os países africanos e asiáticos.

Ainda seguindo na análise do documento inaugural, o parágrafo único assim o determinava: “para a realização dos seus objetivos, o IBEAA promoverá entendimentos ou convênio com entidades federais, estaduais e municipais, e com entidades públicas ou subvencionadas”. Assim podemos entender a razão pela qual o Centro de Afro-Orientais (CEAO) constituía o grupo de membros do Conselho Curador do IBEA, ou seja, a proximidade de objetivos de ambos os centros e o fato de o CEAO ser integrante de uma universidade pública eram determinantes. O IBEA seguiu durante o governo de João Goulart e foi fechado pelo golpe militar de 1964.

O terceiro deste grupo inicial que estamos abordando –onde os pesquisadores afro-brasileiros tiveram pouca ou nenhuma atuação– foi o Centro de Cultura Africana (CECA) da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Este, posteriormente, recebeu o nome de Centro de Estudos Africanos (CEA). Segundo Munanga (2012), a realização de uma série de palestras tendo a África como tema, organizadas pelo Centro Universitário de Pesquisas e Estudos Sociais da referida universidade, fomentou o interesse pela sua criação em 1963. Promoção, incentivo e difusão da cultura africana estavam entre seus principais objetivos a serem alcançados por meio de intercâmbios, publicações, cursos e encontros acadêmicos (Munanga, 2012).

² Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br>. Acesso em 10 dez. 2020.

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CclVIL_03/decreto/1950-1969/D50465.htm. Acesso em 15 dez. 2020.

As áreas que se interessaram por se agregar ao recém-criado órgão foram: Sociologia, Antropologia, Economia, Política, História, Geografia, Linguística e Literatura. O curso “Introdução à Sociologia da África Negra” foi o primeiro ministrado pelo centro. O fato de ter suas atividades mais concentradas no aspecto cultural africano levou à destituição deste e à fundação de outro, que segue até os dias atuais, nomeado Centro de Estudos Africanos –CEA–, em 1968 (Munanga, 2012).

O decreto governamental do estado que cria o CEA apresenta-o com os seguintes objetivos:

- a) a difusão da cultura africana, através de cursos, conferências, publicações; b) estudar as influências africanas no Brasil; c) favorecer a coletas de campo; d) organizar, orientar e patrocinar pesquisas; e) patrocinar publicações de caráter informativo, cultural e didático; f) manter intercâmbios com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras; g) realizar encontros com o objetivo de estudar e divulgar a cultura africana; h) manter uma biblioteca especializada; i) incentivar os estudos africanos no âmbito da Universidade de São Paulo.

Vemos, então, a ênfase ainda presente no olhar sobre a África. A julgar pelos nomes destes três centros, os estudos sobre os continentes africano e asiático eram seus objetivos primordiais, ao mesmo tempo em que os afro-brasileiros não estavam incluídos em seus principais olhares, estudos ou parcerias acadêmicas. Durante este primeiro momento, segundo (Zamparoni, 2007), a política internacional brasileira, desenvolvida durante o governo Jânio Quadros, com o olhar para a África é coincidente com as lutas de libertação em Angola, Guiné Bissau. Assim tornou possível a criação destes quatro centros de estudos.

Diversas poderiam ser as análises para se entender a invisibilização dos afro-brasileiros destes centros. Uma das razões pode repousar no chamado mito da democracia racial. Nas décadas de 1959 e 1960, quando foram constituídos, campeava a certeza de uma sociedade sem racismo, apesar da atuação do movimento negro na sociedade.

O último daquele período foi o Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1973. Quase uma década, portanto, após o primeiro e, por conseguinte, numa distinta conjuntura política nacional. Segura-Ramirez (2000), fala da relação direta do CEAA com o então extinto IBEEA –dos governos Jânio Quadros e João Goulart– através de uma possível herança do acervo bibliográfico. O centro carioca foi fundado por Candido Mendes, que era assessor técnico do antigo instituto e também havia sido enviado à África por Jânio Quadros.

Segura-Ramirez (2000) aponta que os principais objetivos do centro, expressos em sua revista –por ele pesquisados–, poderiam ser resumidos em como “Estudar e difundir a história das culturas africanas e asiáticas e pesquisar as relações afro-brasileiras e reavaliar os valores culturais de origem africana participantes da sociedade brasileira” (Segura-Ramirez, 2000, p. 18). Deve-se notar que pela primeira vez a questão afro-brasileira é inserida como preocupação dos estudos a serem desenvolvidos pela nova entidade.

Longe está de nosso objetivo fazer uma análise acurada sobre esses quatro centros. Trazemo-los aqui apenas como forma de contextualizar o que denominamos de primeira era destes locais

voltados a estudar a África. Nesses os afro-brasileiros não tiveram participação direta em suas constituições. Era o continente africano sem seus(suas) filhos(as) em diáspora.

Os núcleos construídos pelos afro-brasileiros: olhares dos 70 aos 90

É referente analisar que os grupos de estudos surgidos –sobretudo no final dos anos 1970 e no decênio seguinte– têm como característica, diferente daqueles tratados até aqui, a presença de professores negros, em sua maioria agentes em grande parte comprometidos com uma luta antirracista. Favorece aquele cenário –notadamente para o final dos anos 1980– a redemocratização do estado nacional e o ingresso de estudantes negros no âmbito universitário. Muitos destes novos protagonistas trazem consigo experiências de participação em diferentes organizações do Movimento Negro. Logo, reconheciam a premência da constituição de novas epistemologias onde a população negra fosse visibilizada naquele ambiente educacional universitário.

Um dos inaugurais –com este novo formato e objetivos– é o Grupo de Estudos André Rebouças (GTAR), da Universidade Federal Fluminense (UFF), fundado em 1974. Esta pode ter sido a primeira iniciativa criada por negros, e voltada para eles, organizada no interior de uma estrutura universitária (Trapp, 2017). Segundo o autor, o ano de 1976 marca a realização da “I Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira”, uma das grandes e representativas atividades desenvolvidas pelo grupo.

O GTAR surge a partir de uma reunião de estudantes, pesquisadores e ativistas que se autointitulava como “um grupo de alunos negros universitários” (Rattz, p. 32). Muitos eram discentes dos cursos de História, Geografia, Ciências Sociais, Química e Física da referida universidade. Objetivavam, entre outras demandas, “atualizar a bibliografia no que diz respeito ao assunto adotado pelo corpo docente e discente da Universidade e estabelecer contato entre professores que desenvolvem teses sobre relações raciais fora da UFF com o corpo docente do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia” (Rattz *apud* Gtar, 1978, p. 32).

Contavam com o apoio de diversos intelectuais negros e brancos estudiosos do tema, que se faziam presentes em seus eventos acadêmicos, como a “Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira”. Dentre estes estavam: Eduardo de Oliveira e Oliveira, Peter Fry, Maria Beatriz Nascimento, Décio Freitas, Juana Albein, Manuel Nunes Pereira e Michael Turner, entre outros (Rattz); vemos então que não apenas negros eram convidados. O GTAR publicava e distribuía, em cada encontro, o Caderno da Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira, onde eram compilados os textos dos palestrantes.

Paralelamente ao desenvolvimento da experiência na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1979, é criado o Grupo Negro da PUC de São Paulo (Santos, 2013). Gevanilda Gomes dos Santos, uma de suas fundadoras, num texto publicado oito anos após o advento do grupo, assim se expressa a seu respeito:

‘Todos os nossos trabalhos desenvolvidos dentro e fora da universidade foram norteados pelo princípio de autonomia e independência, visto que no âmbito interno das instituições

Da Silva, J. (2021). NEABs: Quilombos epistêmicos contra uma educação “brancocentrada”. *Integración y Conocimiento*, 10 (2), 38–57.

em geral e especialmente nas universidades, com raríssimas exceções, se reproduzem os mecanismos de discriminação racial, na medida em que apresentam uma estrutura elitista, não adequam os currículos escolares ao verdadeiro papel histórico do negro no processo de formação da sociedade brasileira (...) Partindo desta constatação, dirigimos boa parte de nossas atividades para fora da universidade, pois é aí que se encontra a maioria da população negra. (Santos, 2013, p. 29)

A autora, a partir de uma análise, segue nos informando que uma das parcerias com o Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais permitiu que o Grupo Negro da PUC São Paulo organizasse uma atividade de extensão constituída num curso de 30 horas, realizado aos sábados, intitulado “O negro e as Relações Sociais no Brasil. O texto também aborda o grande interesse que a temática provocou, tendo recebido 130 inscrições, permitindo assim que o departamento reconhecesse a relevância de tal discussão. As aulas foram ministradas por acadêmicos de diferentes universidades do eixo Rio-São Paulo.

A história inicia em agosto de 1979, quando estudantes negros organizam um grupo de militância para combater o racismo e denominam de Grupo Negro da PUC (...) Os componentes do grupo tinham a percepção muito aguçada de sua condição de raça e classe e que eram poucos na universidade, um espaço privilegiado e distante da realidade da população negra, onde representavam todos os que não conseguiram “furar o cerco”, os marginalizados, os explorados, discriminados, desempregados etc.⁴

Antes desta experiência do Grupo Negro da PUC, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), criado por Abdias do Nascimento, em 1979, já havia se instalado na universidade. Chegou a realizar, em 1984, o curso “Conscientização da Cultura Afro-Brasileira”, que contou com a presença de intelectuais como Joel Rufino dos Santos, que ministrou o minicurso “História do Negro Brasileiro”, Eduardo de Oliveira e Oliveira e Ironildes Rodrigues. O grupo organizou o Terceiro Congresso de Culturas Negras das Américas, também nas instalações da PUC-SP, em 1979. Nos agradecimentos, em uma das publicações que trazem algumas das reflexões e relatórios sobre o Fórum –a Revista AfroDiáspora volume 01 (1981) – há também uma menção ao apoio dado ao evento, pelo Grupo Negro da PUC. O IPEAFRO teve breve passagem por São Paulo.

Já na década de 1980, um dos primeiros núcleos de estudos sobre as relações raciais, foi o da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Fundado em 1980, surge em razão das ações em prol da criação do *Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional*⁵. Sua atividade inaugural foi realizada durante a Semana Zumbi, em União dos Palmares (AL), na casa de Jorge de Lima⁶. Foi criado como Centro

⁴ Boletim comemorativo dos 15 anos do SOWETO – Organização Negra de São Paulo em homenagem ao Grupo Negro da PUC-São Paulo.

⁵ Para maiores informações sobre este tema sugerimos: http://docvirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=BOL_SPHAN&pagfis=330&url=http://docvirt.no-ip.com/docreader.net#. Acesso em 4 dez. 2020.

⁶ Para maiores informações: <https://ufal.br/transparencia/noticias/2020/11/neabi-da-ufal-completa-40-anos-e-celebra-o-dia-da-consciencia-negra>.

de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB). Contemporaneamente, o denominado NEAB da UFAL acaba de comemorar seus 40 anos num evento *on-line* proporcionado pelos tempos de pandemia⁷. Recentemente tornou-se NEABI, incluindo as reflexões sobre a temática indígena.

O Prof. Severino Lepê Correia, do Congresso Afro-Brasileiro de Pernambuco (CNAB), foi o conferencista da mesa de abertura, no evento celebrativo. A palestrante Valdice Gomes, representante do movimento negro, no mesmo evento, refere-se a dois importantes momentos de colaboração entre o NEAB e a sociedade organizada: a marcha dos 300 anos de Zumbi, em 1995, e a Marcha das Mulheres Negras em 2015. Ao seguirmos estas informações podemos reiterar aqui a importância destes núcleos que alimentam e são alimentados pelos movimentos sociais. O Professor Zezito Araújo lembra a criação do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB), em 1980. Tal evento foi desenvolvido mediante a presença de mais de 80 ativistas e intelectuais de todo o país, em Alagoas, para subirem, pela primeira vez, a Serra de Palmares⁸. Ainda, de acordo com o antigo coordenador, o então professor Décio Freitas foi o primeiro diretor, indicado pelo reitor da universidade, e o próprio Zezito Araújo, foi nomeado vice. Posteriormente, o grupo passou a ser NEABI.

Naquela mesma década, em 1985, surge o NEAB da Universidade Federal do Maranhão (NEAB-UFMA). Segundo o professor Carlos Benedito Rodrigues da Silva⁹, atual coordenador do grupo, seu objetivo geral é:

Dinamizar estudos e pesquisas sobre segmentos da população afro-brasileira, através do desenvolvimento de projetos de pesquisa, cursos, seminários, oficinas temáticas e outros, que contribuam para o conhecimento das formas de organização social e das expressões culturais dos descendentes de africanos escravizados no maranhão.

Ao mesmo tempo, seus objetivos específicos são:

Viabilizar a dotação de recursos para o desenvolvimento de estudos e pesquisas que promovam a revitalização da memória histórica e da identidade cultural dos afrodescendentes rurais e urbanos do Maranhão; promover a participação de profissionais e estudantes em congressos, cursos e seminários, priorizando as temáticas sobre relações étnicas e raciais; articular a inserção dos alunos do Grupo junto aos cursos de línguas estrangeiras, visando sua melhor qualificação; promover a integração entre alunos de diversos cursos da UFMA com alunos de outras universidades públicas nacionais e estrangeiras; coordenar e assessorar atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFMA, relacionadas aos segmentos afros maranhenses. Falar um pouco sobre o NEAB UFMA.

⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=AEQA4EMIDvo>. Acesso em 9 dez. 2020

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=ABE0Ut1PtCs>. Acesso em 10 jan. 2020.

⁹ Aproveito para agradecer ao Prof. Carlos Benedito Rodrigues, pelo gentil envio, das informações sobre os objetivos do núcleo, em janeiro de 2021, via WhatsApp.

O NEAB-UFMA celebrou seus 30 anos com um evento intitulado “Diálogos Diaspóricos: Diversidade e Identidade”. A palestra de abertura foi proferida pelo filósofo moçambicano José Castiano, o que demonstra a manutenção de seu compromisso com as reflexões produzidas no continente africano, da atualidade.

Em 1984 surge o Grupo de Cultura Afro-Brasileira da UFSCAR, calcado num legado de realizações de eventos e cursos acadêmicos sobre a questão racial deixado –antes de seu falecimento prematuro, em 1981– pelo referente intelectual Eduardo Oliveira e Oliveira. Ele havia construído ali uma ambiência de estudos desde 1979. Uma de suas realizações foi o curso “Introdução sumária, generalizada (e não geral) a uma Sociologia da Cultura Brasileira, da perspectiva da educação e raça” (Trapp, 2017). É importante observar a relevância inaugural e o ineditismo destas reflexões naquele momento sócio-histórico. Na aurora da nova década, em 1991, surge o NEAB da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) num acúmulo de experiências e reflexões constituídas desde o final dos anos 1970. Nesta nova configuração contou, em sua organização, com a Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Trapp, 2017). De acordo com sua atual página na *web*,¹⁰ o NEAB tem como objetivo:

Realizar estudos cujos resultados possam ser aplicados na formulação e execução de políticas públicas de promoção da equidade racial; estudar e divulgar a realidade dos descendentes de africanos na sociedade brasileira; analisar as relações interpessoais, culturais, sociais, econômicas mantidas pelos descendentes de africanos com outros grupos étnico-culturais com que convivem, com vistas a criar mecanismos de combate ao racismo e às discriminações; registrar a memória social afro-brasileira; promover a formação de professores, agentes comunitários e outros educadores, para que promovam atitudes de respeito às culturas dos grupos de diferentes etnias e classes sociais presentes na escola, bem como organizem programas e materiais de ensino que visem ao diálogo entre estas culturas e que a escola tem por meta transmitir.

Ainda a partir de página de *web* somos informados de que suas principais áreas de atuação residem em: memória social e intelectual dos afro-brasileiros, formação de educadores e pesquisa. Já no seu ano de criação organizou os seguintes cursos: Escola e Discriminações: Negros, Índios, Cultura Erudita (30 horas) e o Encontro de Mulheres, Mães e Negras (12 horas).

Outro relevante ponto de construção de novas epistemologias foi o Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB) fundado e coordenado pela professora Iolanda de Oliveira, em 1995, e implementado na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Ainda naquele ano, instituiu seu primeiro curso *Latu Sensu* com duração de 18 meses, intitulado “Raça, Etnias e Educação no Brasil”, que após a apresentação de suas respectivas monografias, 20 alunas foram concluintes (Santos, 2007). A esse respeito assim fala a Professora Iolanda Oliveira, sua fundadora, ao referir-se à Lei 10.639/03:

¹⁰ Disponível em: http://www.neab.ufscar.br/?page_id=85. Acesso em 9 dez. 2020.

Como o PENESB foi criado em 1995, quando chegou a referida lei, já contávamos com apoio de grande número de professores, já estávamos atuando na Pós-Graduação, já havia ensino, pesquisa e extensão, curso de pós-graduação lato sensu, especialização, relativos à referida temática. (Goncalves y Machado, 2013, p.194)

A partir de 1999, o programa passa a publicar o periódico acadêmico Cadernos PENESB. Seu primeiro título era: Relações raciais e educação: alguns determinantes. De acordo com o informado no breve histórico introdutório ao número 9 (2007), o periódico “visa difundir a produção de conhecimentos na área da Educação com foco na educação da população negra ou de estudos vinculados à mesma, com informações originais ou inéditas”. (2007, p. 7). Em 2005, o programa organizou o I Seminário Internacional sobre a Educação da População Negra.

Poderíamos chamar a estes de geração inaugural dos NEABs, e salientar sua atuação no campo acadêmico e universitário. Crescem em importância com a entrada de maior número de intelectuais negros, como professores universitários, e a ampliação dos debates e reflexões sobre relações raciais, impulsionados pelo movimento negro na sociedade brasileira. Num período que cobre do final dos anos 1970 aos 1990, estes núcleos vão-se consolidando –não sem tensões– e se expandem. O que nos remete ao ano 2000, com a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), onde novo quadro se configura, como veremos no tópico seguinte.

Os NEABs e as legislações para os afro-brasileiros

Os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000 são marcados pela chegada de um maior número de intelectuais negros nas universidades brasileiras. Inúmeras atividades baseadas no tripé – ensino, pesquisa e extensão– passam a ter lugar na ambiência acadêmica à luz dos novos conhecimentos trazidos por estes(as) agentes. Ratts (2011) lembra que este é o momento do divórcio do papel de pesquisadores e pesquisados, muito presentes até ali. Na nova configuração, pesquisadores negros passam a protagonizar a cena e tomam para si cada vez mais o lugar de analistas e teóricos. São então os(as) grandes arquitetos(as) da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) –fundada em Recife, nos anos 2000– dos NEABs e do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABs).

Os NEABs têm-se constituído auxiliares em construção de políticas de educação, onde o antirracismo se torna referência. Ao mesmo tempo, têm colaborado com a formação de profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento, onde o olhar crítico e teórico sobre a sociedade é articulado desde as primeiras reuniões, leituras, pesquisas, discussões, seminários e inúmeras outras atividades acadêmicas e/ou culturais. Podemos, então, falar de uma educação contra-hegemônica.

Grande parte dos intelectuais negros que formaram os primeiros NEABs tem sua trajetória de aprendizado sobre o antirracismo no interior do movimento negro e do movimento de mulheres negras, nos anos 1980 e 1990. Um grupo expressivo faz sua trajetória docente a partir da década de 2000. Ao longo de oito décadas, desde a imprensa negra, o ativismo foi se qualificando e constituindo um *locus* de reflexões nas mais diversas áreas. Por conseguinte, na educação não foi diferente. Com

Da Silva, J. (2021). NEABs: Quilombos epistêmicos contra uma educação “brancocentrada”. *Integración y Conocimiento*, 10 (2), 38–57.

a expansão das universidades e aberturas de concursos de interiorização, chegam à institucionalização profissional (Cardoso, 2017).

Pensar a respeito do CONNEABs, que nasce do seio da ABPN, é também elaborar um pouco sobre a conjuntura educacional brasileira no seu capítulo sobre relações raciais, o que nos leva a associar as leis 10.639/03¹¹, 11.645/08¹², 12.711/12¹³ (a chamada “lei de cotas”) e a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Outro marco também relevante foi a decretação da lei 10.558/2002, que institui o programa Diversidade na Universidade, onde se lê:

Art. 1º – Fica criado o Programa Diversidade na Universidade, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros¹⁴.

Criado já no final da vigência do Presidente Fernando Henrique Cardoso (novembro de 2002), sua implementação ocorreu no governo seguinte, de Luiz Inácio da Silva, tendo ficado sob a responsabilidade da SECADI¹⁵. Neste programa foram instituídas outras ações denominadas de Projetos Inovadores de Cursos (PICs), que foram desenvolvidos nos estados da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro com seis instituições. O universo atendido foi de 840 estudantes. Num segundo momento, entre 2003 e 2006, um número de 95 PICs, agora com 13.623 alunos(as).

Mais adiante tivemos a Resolução CNE/CP N° 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O parecer CNE/CP N° 03, de 10 de março de 2004, estabelece que as “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, trazem em seu escopo uma das primeiras menções legais relativas aos NEABs:

Art. 4º – Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.

¹¹ Lei 10.639/03 – Tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

¹² Lei 11.645/08. Tornou obrigatório o estudo da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio.

¹³ Lei 12.711/12. Permite o acesso ao ensino superior através de cotas sociais com recorte socioeconômico e étnico racial.

¹⁴ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10558-13-novembro-2002-487266-norma-atualizada-pl.html>. Acesso em 20 jan. 2021.

¹⁵ SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, criada pelo governo Lula em 2003 e extinta pelo governo Bolsonaro em 2019.

Da Silva, J. (2021). NEABs: Quilombos epistêmicos contra uma educação “brancocentrada”. *Integración y Conocimiento*, 10 (2), 38–57.

Alves (2017) nos mostra que em 2008 os NEABS voltam a ser alvo de atenção de um documento oficial. Desta feita, passam a elencar os critérios normativos para que estes fossem eleitos a receber verbas objetivando o desenvolvimento de suas atividades. Trata-se da resolução N° 14, de 28 de abril de 2008, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que estabelece:

critérios para a assistência financeira com o objetivo de fomentar ações voltadas à formação inicial e continuada de professores de educação básica e a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO)¹⁶.

A mesma resolução condiciona a aprovação do referido financiamento para a formação dos professores, à existência de um NEAB na unidade educativa candidata. Este pode ter sido um dos grandes incentivadores para a constituição de um número maior de NEABs em território nacional.

§ 1º Somente as Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior dotados de Núcleo de Estudo Afro-Brasileiros (NEAB) ou grupos correlatos poderão solicitar recursos para a formação inicial e continuada de professores e para a elaboração de material didático¹⁷.

Esta resolução apresenta, como uma das primeiras vezes, uma definição oficial do significado de NEAB:

§ 2º Define-se NEAB ou grupo correlato como núcleo de natureza acadêmica que desenvolva atividades explicitamente vinculadas aos estudos afro-brasileiros e africanos e à educação para as relações étnico-raciais, reconhecido institucionalmente por meio de instrumento legal validado por dirigente máximo da instituição.

Ainda seguindo nesta trajetória de apontar instrumentos legais que contribuíram para dar suporte aos NEABs, tivemos o plano nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, do Ministério da Educação,¹⁸ que assim os definia:

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB's e Grupos correlatos, instituídos em Instituições de Ensino Superior, representam um importante braço de pesquisa e elaboração de material e de formatação de cursos dentro das temáticas abordadas por este plano.

Atribuíam-lhes, assim, papel central na implementação da política em tela. Recentemente, com o advento da promulgação da lei de cotas, N° 12.711/12, os NEABs passaram a ser o local de referência de sua implantação e em algumas realidades adquiriram o papel de órgão assessor –oficial ou extraoficialmente– ou consultor para a efetivação e garantia dos direitos preconizados pelo texto legal.

¹⁶ Fonte: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3243-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-14-de-28-de-abril-de-2008>. Acesso em 10 jan. 2021.

¹⁷ Fonte: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3243-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-14-de-28-de-abril-de-2008>. Acesso em 10 jan. 2021.

¹⁸ Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192. Acesso em 10 jan. 2021.

Da Silva, J. (2021). NEABs: Quilombos epistêmicos contra uma educação “brancocentrada”. *Integración y Conocimiento*, 10 (2), 38–57.

A implementação das leis N° 10.639/03 e 11.645/08 são outras referências para o surgimento de um maior número de NEABs no interior das universidades –públicas ou privadas– nos institutos de educação bem como em algumas escolas de ensino médio. Com o advento da promulgação da lei N° 11.635/08, novos formatos de NEABs são constituídos. Agora com ênfase sobre as culturas e estudos indígenas¹⁹. A existência dos textos legais aqui aludidos serviu como base de justificativa para seus estabelecimentos, assim como, também, para a realização de atividades de pesquisa, formação, ensino e extensão nas diversas unidades educacionais. Notadamente na área da Educação há aqueles que se dedicam à formação de professores, dando assessorias às prefeituras e governos estaduais.

Cabe observar que estamos falando de ações que desenvolveram duas grandes influências nas discussões e ampliações das lutas organizadas dos movimentos negros. A 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela ONU, em 2001 (Silva e Pereira, 2013), e a instalação do governo do Partido dos Trabalhadores, que abrigou em seu seio, nos diversos níveis institucionais, ativistas de referencial história no movimento social negro e pesquisadores das relações raciais.

Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABs)

A atual configuração dos NEABs em seu formato de Consórcio Nacional de NEABs (CONNEABs) repousa no surgimento da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) fundada em 2000, durante o I Congresso de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE), em Recife (PE)²⁰. A ABPN nasce, então, por iniciativa de intelectuais negros, grande parte oriunda de uma trajetória dentro do movimento social negro, insatisfeitos com as ausências, invisibilizações e negligências sobre as questões diversas relacionadas com a população afro-brasileira –fruto de racismos institucional, epistêmico e estrutural– no rol de estudos e pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico nacional. Embora surgida no ano 2000, como já apontamos aqui, esta era uma demanda advinda de décadas anteriores.

A ABPN há se consolida cada vez mais no cenário acadêmico, tendo inclusive uma revista acadêmica de divulgação de pesquisas sobre a temática afro-brasileira. Integra também organizações da sociedade civil, como o CNPIR (Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial) e a AINALC (Associação de Investigadores Negros da América Latina e do Caribe). Assim, narrativas e saberes outros são oportunizados por estes agentes e por aqueles que deles se acercam.

Alguns autores (Ferreira & Coelho, 2019) veem os NEABs como uma das vertentes do movimento negro atuantes no interior do espaço acadêmico. A partir desta interpretação podemos

¹⁹ A lei N° 11.635/08 altera a Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

²⁰ Fonte: Site da ABPN. Disponível em: <https://www.abpn.org.br>. Acesso em 11 jan. 2021.

então observar algumas funções e ações desempenhadas por estes núcleos em seus ambientes de atuação, que podem ser:

a) chamar a atenção para a diversidade, o crescimento numérico e a qualidade da produção acadêmica relacionada à situação dos afro-brasileiros; b) denunciar a persistência de barreiras e a ausência dos meios materiais de suporte ao desenvolvimento de pesquisas pretendidas pelos(as) pesquisadores(as) negros(as); c) congregar e fortalecer laços entre pesquisadores(as) que tratem da problemática racial, direta ou indiretamente, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra e, principalmente, estejam interessados em seu equacionamento não apenas teórico; d) rever, recriar, ressignificar a participação dos negros(as), bem como sua experiência coletiva distinta na história passada e presente do Brasil; e) intensificar a luta antirracista com a adoção de cotas para negros nos diferentes espaços institucionais, em particular nas Instituições de Ensino Superior (IES). (Barreto, Santos & Oliveira, 2013, p. 19)

Esta longa citação dá ideia da amplitude teórica, metodológica, política e estratégica destes núcleos. Os NEABs propiciam ainda uma rede de proteção para estudantes negros(as), auxiliando diretamente na sua manutenção física, social e psicológica no interior de instituições ainda eivadas de atitudes inóspitas, discriminações raciais e racismos nas suas mais variadas manifestações: racismo do cotidiano (Kilomba, 2019), racismo institucional, racismo estrutural (Almeida, 2019), além de manifestações estruturantes de branquidade (Bento, 2009), entre outros fatores. Assim, os NEABs, ao atenderem grande parte dos itens apontados acima (Barreto, Santos & Oliveira, 2013, p. 19) transformam-se em produtores e estimuladores de uma educação que ensina a transgredir (Hooks, 2013) e a ser antirracista.

A estrutura do CONNEABs está presente nas cinco regiões do país, sendo cada uma delas sob a responsabilidade de um(a) doutor(a) afro-brasileiro(a). A gestão recém-eleita para o biênio 2020-2022 tem como Coordenação Nacional a Profa. Dra. Maria Malcher do IFPA e a Profa. Dra. Iraneide Soares da UESPI (vice-coordenação).

Da Silva, J. (2021). NEABs: Quilombos epistêmicos contra uma educação "brancocentrada". *Integración y Conocimiento*, 10 (2), 38–57.

Cuadro 1. Quantidade de núcleos por região y coordenação

Região	Quantidade De Núcleos	Coordenação
NORDESTE	39	Prof. Dr. Antônio Baruty (UFPB) – Coordenador Profa. Me. Izanete Marques Souza (IFBaiano) – Vice-coordenadora
SUDESTE	41	Prof. Dr. Ricardo Dias da Costa (UFRRJ) – Coordenador Profa. Me. Rosana Machado de Souza (NEABI IF Sudeste MG SJDR) – Vice-coordenadora
CENTRO OESTE	40	Profa. Dra. Claudia Cristina Ferreira de Carvalho (UFGD) – Coordenadora Prof. Dr. Marysson Jonas Rodrigues Camargo (UFG) – Vice-Coordenador
SUL	40	Profa. Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira (UFPR) – Coordenadora Prof. Me. Eráclito Pereira (NEAB-UFRGS) – Vice-coordenador
NORTE	44	Profa. Dra. Renilda Aparecida Costa (UFAM) Prof. Dr. Mauro Torres Siqueira (UFT)

Fonte: Elaborado pela autora a partir do *site* do CONNEAB.²¹

Um olhar atento à atual compleição da rede, apresentada em seu *site*,²² nos permite perceber que é integrada por universidades públicas federais e estaduais, universidades privadas (embora em menor número), Institutos Federais de (IFs), Centros de Educação Tecnológica, Colégio Pedro II (Rio de Janeiro) e uma instituição do terceiro setor (O Instituto Hoju,²³) do Rio de Janeiro. No Centro-Oeste há associado ao CONNEABs a rede MT Ubuntu, que se apresenta como sem vínculo com universidades. A existência de outras organizações da sociedade civil permite a ampliação das ações dos NEABs para além do público adulto ou apenas universitário. Garantem, assim, a participação e a formação continuada. Trazem, paralelamente, influências socioculturais advindas de outros pensares e faixas etárias.

Outro importante fator, segundo Fernandes (2014), é o fato de que os NEABs concentram-se mais nas áreas de Ciências Humanas, o que, automaticamente, deixa de fora outras áreas do conhecimento como “Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Ciências Sociais Aplicadas” (p. 201).

²¹ Este quadro foi possível graças às informações gentilmente compartilhadas pelo Prof. Dr. Ricardo Dias da Costa (UFRRJ) – Coordenador da Região Sudeste do CONNEAB.

²² Fonte: <https://www.abpn.org.br/conneabs>. Acesso em 10 jan. 2021.

²³ Fonte: <https://institutohoju.org.br>. Acesso em 10 jan. 2020.

Vale lembrar que embora haja um NEAB que seja referência nas universidades, em muitos casos há outros grupos de estudos integrados por um(a) pesquisador(a) ou um grupo em torno dos quais se aglomeram alunos orientandos dos respectivos docentes e que atuam nas pesquisas e reflexões sobre relações raciais e ou estudos sobre África nas diferentes áreas do conhecimento.

Estes nem sempre estão afiliados à ABPN, no entanto, muitos são certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Nem sempre estes núcleos estão hegemonicamente posicionados na hierarquia dentro da intuição. No entanto, a sua mera existência pode impactar vigorosamente no sistema “brancocentrado” da academia brasileira. São, portanto, agentes referências na reflexão e luta antirracista. Possuem conformações diversas, variando em sua formação, onde alguns são compostos apenas por professores e estudantes, outros congregam técnicos administrativos e há aqueles onde ativistas dos movimentos negros também integram a equipe. Seu poder de inserção junto ao poder central institucional também não é de formato fixo.

Há aqueles que estão ligados diretamente ao gabinete da reitoria (ou diretoria), outros são conhecidos como projetos de extensão e há os que são heroicamente mantidos por expensas individuais dos professores, seja por meio de bolsas de pesquisas referentes a projetos específicos ou ainda sem nenhum aporte de financiamento, o que nos aponta ainda frágil institucionalização enquanto um espaço de poder de intervenção contra as manifestações de racismo institucional, ainda sucessivamente denunciados por diferentes atores direta ou indiretamente ligados a instituições de ensino que lhes dão abrigo (Roza, I. S. & Roza, L. M., 2020). Os NEABs, portanto, ensinam a transgredir, no sentido que nos ensina Hooks (2013), a partir da possibilidade de elaborarem e praticarem uma “pedagogia engajada”, ainda no falar da mesma autora, ou seja, aquele em que o(a) professor(a) tem como prática do seu ofício superar o mero partilhamento de informações e conteúdos tão comum nas cátedras acadêmicas.

Pensares conclusivos

Vimos neste artigo –embora de forma não exaustiva– que o interesse sobre os estudos a respeito do continente africano, ambientado no interior dos muros universitários, tem sua grande ocorrência, a partir do final dos anos cinquenta. Naquela conjuntura, o estado brasileiro representado por seus interesses sobre o continente africano, eram os motores da constituição de diversos núcleos de estudos. A liderança ficava em mãos de pesquisadores brancos brasileiros ou estrangeiros. As questões relativas aos afro-brasileiros não se constituíam objeto de análise.

O início de mudança começa a ocorrer nos anos setenta, quando intelectuais formados ou influenciados pelas reflexões do movimento social negro –bem como e brancos aliados– ingressam no âmbito universitário, sejam como docentes ou discentes. A partir daí, são inaugurados cursos, seminários e publicações trazendo a população negra brasileira para o centro do debate.

No presente momento, a atuação dos NEABs se expande para além dos limites institucionais acadêmicos quando ajudam a formar profissionais de diferentes áreas, produzem bibliografias que

Da Silva, J. (2021). NEABs: Quilombos epistêmicos contra uma educação “brancocentrada”. *Integración y Conocimiento*, 10 (2), 38–57.

subsidiar pesquisas e políticas públicas, além de fornecer novas apreciações para a opinião pública a respeito das questões étnico-raciais. Estes grupos têm-se feito presente nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, com suas ações alcançando a sociedade em geral, ultrapassando os muros institucionais.

Parte importante dos intelectuais que lideraram os NEABs tem suas experiências de luta contra o racismo ou de vivência numa sociedade racialmente estruturada a partir das reflexões provocadas pelo movimento negro e de mulheres negras. Assim sendo, ao ingressarem nas cátedras acadêmicas, acabam, em muitos casos, direcionando criticamente estudantes e orientandos(as), sejam negros(as) ou não. São, portanto, grandes responsáveis pela ampliação deste campo de estudos ocorrido no Brasil após os anos 1980, notadamente ampliado na segunda década no século XXI. Os grandes protagonistas deste novo cenário são os intelectuais negros, pese à presença de alguns intelectuais brancos comprometidos com a luta antirracista.

Ao logo de oito décadas –desde a imprensa negra paulista– o ativismo negro brasileiro vem se qualificando e constituindo organizações, produções –em diferentes suportes, além de livros e jornais– bem como eventos de escopo nacional como os Encontros de Negros do Norte e Nordeste, os Encontros de Negros do Sul e Sudeste, as inúmeras marchas contra Abolição, contra Intolerância Religiosa, as Marchas de Mulheres Negras, os Encontros Estaduais e Nacional e de Mulheres Negras, para ficar apenas nos mais visibilizados. Todas estas forças atuaram direta ou indiretamente para a constituição dos NEABs. Estes quilombos epistêmicos têm sido, também, importantes influenciadores na criação e implementação de políticas públicas voltadas aos afro-brasileiros. Assim sendo, mesmo que não sejam dirigidos por professores formados nas hostes do movimento social, tem nesta grande parte de sua referência e suporte.

Por conseguinte, a produção, promoção e a difusão dos conhecimentos relativos à África e aos afro-brasileiros se constituem nos objetivos primordiais dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs). Estes vêm se tornando, também, um *locus* de referência para uma epistemologia antirracista e um discurso contra-hegemônico.

Referências

- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo, Brasil: Editora Pólen Livros.
- Alves, M. (2017). Negros (as) e a luta por reconhecimento na universidade: o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) da UFRGS. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/170879>
- Batista, G. N. (2018). A política externa independente os discursos sobre a arte da África em um mundo sem fronteiras. *Historia y Parcerías*. Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias. Recuperado de https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529370958_ARQUIVO_ARQUIVO_NASCIMENTO_Gabrielle_textocompleto_ANPUH.pdf

Da Silva, J. (2021). NEABs: Quilombos epistêmicos contra uma educação “brancocentrada”. *Integración y Conocimiento*, 10 (2), 38–57.

Bento, M. (2009). Branqueamento e branquitude no Brasil. En I. Carone & M.A. Silva (orgs.), *Psicologia social do racismo*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

Cardoso, P. J. F. (2017). As ações afirmativas e os desafios da luta pela igualdade na conjuntura atual. Ed. *Revista Pedagógica, Chapecó*, 19(40), 33-42. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5979915.pdf>

Da Silva, J. & Pereira, A. (2013). *Olhares sobre a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*. Brasília, DF, Brasil: Fundação Cultural Palmares-MinC; Belo Horizonte, Brasil: Nandayala.

Do Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo, Brasil: Perspectiva.

Dos Santos e Santos, S. (2007). População negra, relações inter-raciais e formação de educadoras/es: PENESB, 1995-2007. Dissertação apresentada como exigência para obtenção do Título de Mestra em Educação no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Recuperado de <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/606>

Fernandes, O. (2014). O conceito de hegemonia na luta contra o racismo no Brasil: a função dos Neabs. [SYN]THESES *Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ*, 7(2).

Ferreira, A. de M. S., & Coelho, W. de N. B. Ações dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) institucionalizados dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) no período de 2006 a 2017. *Revista Exitus*, 9(5), 215-42. Recuperado de <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1106/597>

Ferreira, W. (2017). A política externa independente e as relações Brasil e África: período de inovações e desafios. *JUS Navegandi*. Recuperado de <https://jus.com.br/artigos/62554/a-politica-externa-independente-e-as-relacoes-brasil-e-africa>

Gonçalves, M., & Machado, E. (2013). Entrevistada: Professora Iolanda de Oliveira do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB) da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). *Revista Teias*, 14(34), 6. Recuperado de: <http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/NEGRITUDE-EUNIVERSIDADE.pdf>

Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Cobogó.

Munanga, K. (2012). Estudo e ensino da África na Universidade de São Paulo: atuação do Centro de Estudos Africanos e do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, São Paulo: número especial 2012:11. 30, 19.

Nascimento dos Reis, L. (2010). O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia: Intercâmbio Acadêmico e Cultural entre Brasil e África (1959-1964).

Da Silva, J. (2021). NEABs: Quilombos epistêmicos contra uma educação "brancocentrada". *Integración y Conocimiento*, 10 (2), 38-57.

Dissertação de mestre em Estudos Étnicos e Africanos. Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA). Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8595/1/reis.pdf>

Oliveira, I. (Org.). (2015). *Negritude e Universidade: evidenciando questões relacionadas ao ingresso e aos projetos curriculares*. Niterói, Brasil: Alternativa.

Ratts, A. (2011). Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. *Revista Nguzo*, 1(1), Londrina, Brasil.

Roza, I. S. & Roza, L.M.(2020). NEABS e a proposição de Educação para as Relações Étnico-Raciais. *Revista Interterritórios*, 6(12). Recuperado de [File:///C:/Users/Nblac/Downloads/248991-183665-1-Sm%20\(4\).Pdf](File:///C:/Users/Nblac/Downloads/248991-183665-1-Sm%20(4).Pdf).

Santos, G. (2013). Grupo Negro da PUC. *Cadernos de pesquisa*. Recuperado de <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php./cp/article/view/1298>

Segura-Ramirez, H. F. (2000). *Revista estudos afro-asiáticos e relações raciais no Brasil: elementos para o estudo do sub-campo acadêmico das relações raciais no Brasil*. Dissertação de mestre, Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Recuperado de http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/279049/1/Segura-Ramirez_HectorFernando_M.pdf

Siss, A, Barreto, M. & Fernandez de Oliveira, O. (2013). Processos formativos e as contribuições dos núcleos de estudos afro-brasileiros da UFES e da UFRRJ. *Revista Teias*, 14(34), 15. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaias/article/view>

Trapp, R. (2017). Utopias negras: Eduardo de Oliveira e Oliveira, educação e questão racial no Brasil (anos 1970). *Revista de História e Historiografia da Educação*, . 1, n. especial, p. junho, Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/52261>

Viana, S.M.K. (2009). Política extrema independente: fundamentos e reflexos nas relações internacionais do Brasil (1961-1964). Fortaleza: ANPUH, pp. 1-10. Recuperado de: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772189_08a05c7fa6c9a716d364b209c4608bc2

Zampanoni, V. (2007). A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. *Ciência e Cultura*, 59(2), 46-49. Recuperado March 01, 2021, de http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200018&lng=en&tlng=pt.

Da Silva, J. (2021). NEABS: Quilombos epistêmicos contra uma educação “brancocentrada”. *Integración y Conocimiento*, 10 (2), 38–57.

Sobre la autora

Joselina Da Silva es Profesora asociada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pós doutora pela Pontificia Universidade Católica do Peru (PUCP), doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordena o N'BLAC (Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais), certificado pelo CNPQ. Orienta mestrado e doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), da UFRRJ. Atua nos seguintes temas: relações raciais, mulheres negras, violência contra a mulher, movimento social negro e anti-racismo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5159-9055>

Da Silva, J. (2021). NEABs: Quilombos epistêmicos contra uma educação "brancocentrada".
Integración y Conocimiento, 10 (2), 38–57.